

Ato Público Virtual

Ao vivo em <http://bit.ly/ato3009>

30 DE SETEMBRO, 19 HORAS DIA NACIONAL DE LUTAS

Em defesa da **educação**, da **saúde**, da **ciência** e dos **serviços públicos**
Contra as reformas administrativas de Doria e Bolsonaro!



■ NOSSA AGENDA DE LUTAS

- Pelo financiamento justo da educação e da ciência;
- Pela retomada do Plano Nacional de Educação (Lei 13.005/2014);
- Contra o “teto de gastos” e sua trágica aplicação no orçamento federal de 2021;
- Pela revogação legislativa ou judicial da Emenda Constitucional 95/2016;
- Contra a PEC do “pacto federativo” (PEC 188/2019), que extingue os pisos de investimentos mínimos em educação e saúde e autoriza a redução compulsória da jornada como corte de salário;
- Contra a reforma administrativa de Doria (PL 529/2020), que extingue dez entidades públicas e retira recursos vincu-

lados das Universidades estaduais e da Fapesp;

- Em defesa da autonomia de gestão financeira, científica e administrativa das Universidades;
- Pela nomeação dos(as) reitores(as) escolhidos(as) pelas comunidades;
- Pela liberdade acadêmica, pelo pluralismo de ideias na educação e pelo financiamento adequado da pesquisa e da divulgação científica em todos os campos do saber;
- Contra o retorno precipitado às atividades presenciais, pela participação efetiva de toda a comunidade

– docentes, discentes, servidora(e)s técnico-administrativa(o)s e trabalhadora(e)s terceirizada(o)s – na definição dos planos de reabertura com segurança sanitária;

- Pela garantia de condições de trabalho durante as medidas de distanciamento social, com atenção à desigualdade de condições de acesso aos meios digitais e de gênero, e à qualidade do ensino.

Entidades participantes

Além da ADUFABC, participam desta mobilização o Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Federais do ABC (SintUFABC), a Associação dos Docentes da Unifesp (Adunifesp), o Sindicato dos Trabalhadores da Unifesp (Sintunifesp), a Seção SP do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE), o Sindicato dos Trabalhadores da UFSCar (SINTUFSCar), a Associação dos Docentes da USP (Adusp), o Sindicato dos Trabalhadores da USP (Sintusp), a Associação dos Docentes da Unicamp (ADunicamp), o Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp (STU), a Associação dos Docentes da Unesp (Aduesp), o Sindicato dos Trabalhadores da Unesp (Sintunesp) e o Sindicato dos Trabalhadores do Centro Paula Souza (Sinteps), além do Fórum das Seis, do ANDES-SN e da Fasubra.

FRENTE PAULISTA EM DEFESA DO SERVIÇO PÚBLICO



■ Contra o PL 529/2020, ADUFABC adere à Frente Paulista em Defesa dos Serviços Públicos

Por decisão da Assembleia da ADUFABC de 21 de setembro, nossa entidade decidiu somar força à luta dos servidores públicos estaduais e das Universidades contra o PL 529/2020, analisado em regime de urgência na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

Em defesa da educação, da saúde, da ciência e dos serviços públicos

Este é o primeiro boletim assinado pela gestão “Fortalecer, Incluir e Democratizar” (2020-2022). Assumimos a Diretoria Executiva da ADUFABC em um momento de grande pesar e de enormes desafios. Desde a criação da UFABC e, posteriormente, de nossa AD, nunca as políticas públicas, a ciência, a Universidade e a democracia viram tantas ameaças. É hora de reafirmar sua defesa e ampliar nossa interlocução dentro e fora da Universidade.

Este é um ano imensamente trágico e atípico, piorado pelo tratamento irresponsável da crise da pandemia da Covid-19. De antemão, registramos o nosso pesar e a nossa solidariedade a todas e todos os membros de nossa comunidade que perderam amigos e familiares, que estiveram doentes e que ainda sofrem as consequências deste trauma. É responsabilidade nossa dar o devido suporte e construir políticas institucionais de acolhimento.

É sintomático que mesmo esse quadro de catástrofe não tenha sido capaz de reverter a visão reacionária e economicamente retrógrada do governo

Bolsonaro. Nem começamos a superar a crise e já se anuncia a retomada da agenda de austeridade econômica. A reafirmação do chamado “Teto de Gastos” (Emenda Constitucional 95/2016) para os próximos anos, caso vitoriosa, imporá sérias e crescentes restrições às despesas públicas – justamente quando estas se mostrarão mais necessárias.

O Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) 2021 é uma mostra desse efeito planejado: ele prevê uma drástica redução dos recursos destinados a investimentos e custeio (despesas discricionárias) no Executivo e, em especial, no MEC e nas Universidades.

No orçamento da UFABC a situação é ainda mais preocupante. Em Audiência Pública (24/9), a Reitoria apresentou os dados: corte de 15,9% em 2021 e 56,3% dos recursos condicionados a liberação posterior pelo Congresso Nacional. Tudo isso em um cenário de queda do orçamento desde 2015, enquanto a UFABC tenta implementar o seu Plano de Desenvolvimento Institucional, atende um número de estudantes cada vez maior e amplia as suas ações de ensino, pesquisa e extensão.

Como alternativa, Bolsonaro e Guedes propõem a aprovação e a implementação em 2021 da PEC do “pacto federativo” (PEC 188/2019). Nesta se quer eliminar as obrigações consti-

tucionais de gasto mínimo em educação e saúde e autorizar a redução de 25% do salário dos servidores públicos, com redução proporcional e compulsória da jornada, como medida de ajuste econômico. O PLOA 2021 e a PEC 188/2019 têm um mesmo relator no Congresso. Teto, austeridade e alternativas foram os temas da TV ADUFABC de 28/8, com os convidados Fábio Terra (UFABC) e Rosa Marques (PUC/SP).

Outro tema debatido na TV ADUFABC (10/9) foi a reforma administrativa (PEC 32/2020), dessa vez com os convidados Felix Lopez (IPEA) e Cibele Franzese (FGV). São alarmantes os efeitos que esta reforma teria na desestruturação das condições de implementação de políticas públicas. Ao propor vínculos contratuais precários e a quebra da estabilidade, a reforma administrativa do governo Bolsonaro pretende deixar os servidores públicos à mercê de interesses políticos imediatos – sem autonomia para conter desvios e corrupção – e abandonar o mérito e a impessoalidade como princípios basilares do ingresso no setor público.

No estado de São Paulo, tramita em regime de urgência o Projeto de Lei 529/2020, que quer extinguir nada menos que dez entidades públicas que prestam relevantes serviços à população! O mesmo projeto ataca a autonomia das universidades estaduais

EXPEDIENTE

INFO - publicação da Associação dos Docentes da Universidade Federal do ABC. Seção Sindical do ANDES - SN. Diretoria: Presidente: Salomão Barros Ximenes; Vice-presidenta: Luciana Aparecida Palharini; Secretária geral: Regimeire Oliveira Maciel; Primeiro secretário: Rodrigo Roque Dias; Tesoureira geral: Carolina Moutinho Duque de Pinho; Primeira tesoureira: Andrea Santos Baca; Diretor de Imprensa, Comunicação e Cultura: Fernando L. Cássio; Diretora de Relações Sindicais, Jurídicas e Defesa Profissional: Carolina Gabas Stuchi; Diretora Regional de São Bernardo do Campo: Luciana Travassos; Diretor Regional de Santo André: Francisco de Assis Comaru. Diagramação e arte: Emilio Font - Contatos: adufabc.ssind@gmail.com www.adufabc.org.br Endereço: UFABC - Campus Santo André. Av. dos Estados, 5001, Bloco B, 11º andar - Bairro Santa Terezinha. Santo André - SP - Brasil. CEP 09210-580

e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (a Fapesp), ao propor, na prática, que sejam retiradas ano a ano as receitas vinculadas a tais instituições, e que são a base da excelência e da credibilidade que elas construíram ao longo de décadas.

No nível federal, segue o ataque à autonomia das Universidades. Ainda que tenha amparo legal, em norma que carece de atualização democrática, a nomeação de reitores derrotados nas consultas às comunidades universitárias precisa ser caracterizada por aquilo que é: uma medida autoritária, desleal e imoral, que resulta na desestabilização de um ambiente acadêmico que deveria ser pautado em princípios éticos e de cordialidade.

Contra todos esses retrocessos, defendemos o financiamento justo da educação e da ciência, com a retomada do Plano Nacional de Educação (Lei

13.005/2014). É preciso ampliar o diálogo interno à UFABC e construir frentes de debate e mobilização. Foi com esse propósito que propusemos e conseguimos organizar o Ato Público Virtual do Dia Nacional de Lutas (30/9), reunindo 15 entidades sindicais de todas as Universidades Públicas de São Paulo. Foi também com esse propósito que nos juntamos à ampla Frente Paulista em Defesa dos Serviços Públicos, contra o PL 529/2020 do governo Dória.

A ADUFABC convida a todos(as) os(as) docentes da UFABC e demais membros de nossa comunidade a se engajarem nessas ações, nos diálogos e nas lutas em defesa da educação e da saúde públicas, da ciência e dos serviços públicos.

DIRETORIA EXECUTIVA, GESTÃO “FORTALECER, INCLUIR E DEMOCRATIZAR” (2020-2022)

A ADUFABC convida a todos(as) os(as) docentes da UFABC e demais membros de nossa comunidade a se engajarem nessas ações, nos diálogos e nas lutas em defesa da educação e da saúde públicas, da ciência e dos serviços públicos. //

CONDIÇÕES DE TRABALHO

Um rápido panorama da situação na UFABC

Neste período de pandemia, é premente debater as condições do trabalho docente. Seja no formato remoto ou nos protocolos de retorno, as diretrizes da educação pública, universal e de qualidade e as regras sanitárias de enfrentamento à Covid-19 devem ser conciliadas com a legislação que regula a atividade docente.

Questões sobre adesão facultativa, assédio moral, acompanhamento de servidores ou familiares doentes ou que adoeceram, responsabilidade individual ou institucional nas plataformas web, direitos autorais, di-

reito de imagem, custos do trabalho remoto, apoio a docentes com crianças pequenas, idosos ou dependentes que demandam cuidados, entre outras especificidades da vida no atual contexto de distanciamento social, precisam ser levantadas e apoiadas com políticas correspondentes.

Nas próximas semanas, a Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas (ProAP) deve enviar um questionário aos docentes da UFABC para levantar algumas dessas situações. Os Conselhos Superiores começaram a discutir o pla-

no de retomada gradual de atividades presenciais na semana do dia 21 de setembro. Em âmbito nacional, o Andes-SN divulgou circulares sobre o ensino remoto, está levantando a situação das IES, regulamentações e políticas, e também planeja um seminário nacional sobre o tema.

A ADUFABC, juntamente com a sua assessoria jurídica, está acompanhando os documentos e eventos sobre as condições de trabalho, zelando pela garantia de direitos, e manterá seus filiados informados sobre as eventuais medidas.

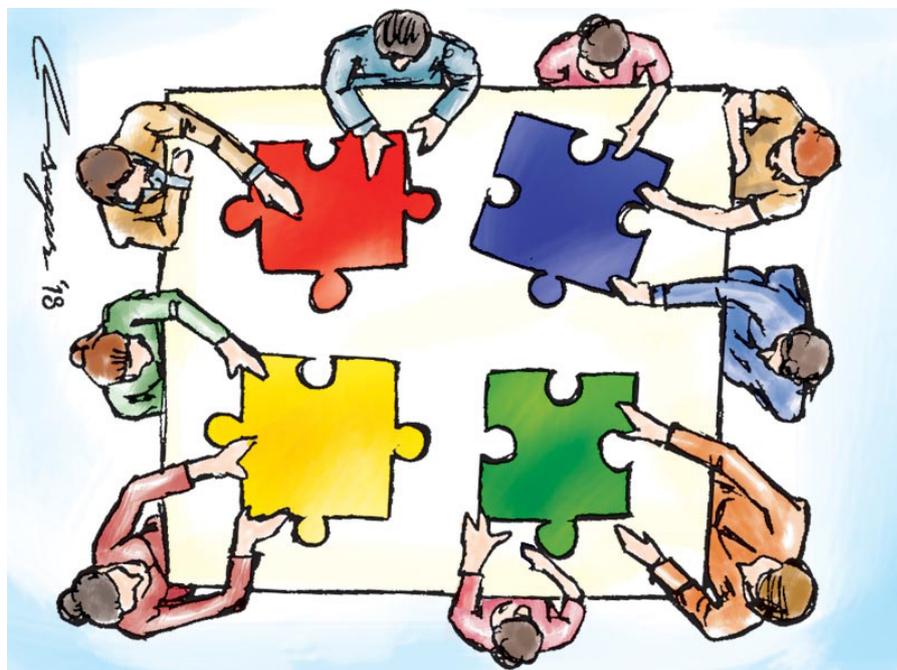
Quem educa o educador?

■ SUZE PIZA

Produzir conhecimento científico social implica ter condições de captar o movimento, a estrutura e a dinâmica do objeto na realidade para conceber a complexidade de relações que são as atividades humanas. A transmutação do trabalho em trabalho remoto fez das universidades públicas alvos fáceis do mercado na pandemia. Ao contrário de muitos, não defino o ensino a distância (EaD) como modalidade de educação, mas como modelo de negócios. Docentes que defendem este projeto raramente o conhecem, principalmente porque ignoram como operam as grandes corporações educacionais no país. A defesa mais contundente do EaD vem dos representantes destas organizações e de seus aliados nos governos. Tudo isso se dá não no campo educacional, mas no da circulação das mercadorias e serviços. O Brasil é um laboratório bem-sucedido desse projeto, que opera na “formação” de boa parte dos estudantes – muitos dos quais, inclusive, futuras/os professoras/es.

A universidade pública, por diversos motivos, permaneceu relativamente protegida desse projeto até agora. Mas a instauração de um estado de exceção que exige isolamento social e sofisticação das tecnologias da comunicação – e que intensificaram entre nós o fetiche da técnica –, gerou uma convergência extremamente propícia para a sua implementação. Verdadeira oportunidade de negócio. Uma visão abstrata ou simplista da educação (e do direito a ela) é incapaz de lidar com as implicações desse projeto no ensino público – sobretudo nas universidades públicas – e talvez dê a impressão de que tento negar as profícuas relações entre educação e tecnologia. Não nego. De toda forma, esta relação não é o foco do EaD.

O chamado “ensino remoto” é o esforço semântico das instituições para



*Seduzidos
// pelo discurso
capacitista,
que sempre nos
desqualifica como
profissionais, todos
nós nos engajamos
em algum tipo de
“formação” nos
últimos meses. //*

não denominarem o EaD como aquilo que de fato é; o significativo vazio que tenta oferecer a ilusão de normalidade neste período trágico. Mas ele não resiste ao menor exame crítico. Uma das faces mais cruéis de se criar conceitos às pressas em atmosferas ideológicas demasiadamente conhecidas é que não tarda muito para que se dissolvam. E é no campo da formação de professoras/es que isso tem ocorrido mais rapida-

mente. Seduzidos pelo discurso capacitista, que sempre nos desqualifica como profissionais, todos nós nos engajamos em algum tipo de “formação” nos últimos meses. Afinal, é preciso conhecer as ferramentas que nos farão finalmente entrar no século XXI, que deslocarão a centralidade da figura do professor e que “darão” autonomia aos estudantes via o uso de metodologias ativas mediadas por tecnologias. Tudo isso – dizem – dará fim à educação bancária!

Chamados não de formação, mas de capacitação – termo típico do campo epistemológico da administração e da psicologia organizacional, de onde brotam as ideias que sustentam essas práticas –, esses cursos se revelam simplórios e com recursos muito básicos. Vez por outra, aparece alguma teoria do pensamento computacional “aplicado ao ensino”, sempre a partir de orientações ultraneoliberais. Nada disso os aproxima do campo educacional. Os cursos agora oferecidos para o “ensino remoto” nas universidades são os mesmos velhos cursos de instrumentação para o EaD com uma nova roupagem.

Afinal, não houve tempo e nem recursos para que se pudesse criar a estrutura de exploração de mão-de-obra de tutores mal remunerados, pedra de toque do EaD nas instituições de Ensino Superior.

Enfrentamos inúmeros desafios na área de formação de professores no país, já que a crise da educação é a crise da sociedade. Mas temo pelo avanço do ultraneoliberalismo entre nós, praticado com má pedagogia, psicologia rasteira e valores de mercado por quem se autointitula formador de professores. Seus discursos em defesa de um estudante protagonista com o celular na mão e de um docente-facilitador que dá aula enquanto prepara o almoço me chocam sempre que vejo uma diretora de escola sem saber o que fazer com tantos jovens com corpos cortados – automutilados na violência cotidiana de suas existências simplesmente para sentirem que ainda têm o controle sobre algo.

Meu discurso não é contrário a nenhum campo de saber, tampouco aos profissionais. A defesa é simples: a delimitação do campo da educação. Não ter domínio de um campo e atuar nele é ir contra a ciência de um modo geral e, conseqüentemente, ir contra a sociedade. Problematicar a qualidade da educação ofertada no que tenho chamado de educação não-presencial em tempos de pandemia, valorizando o ofício da docência e da nossa prática, criando redes de solidariedade entre os/as docentes e estudantes para passarmos por esse momento com uma educação com a melhor qualidade possível, é o que temos feito para lutar contra essas práticas de mercado que querem perverter a educação.

SUZE PIZA. Centro de Ciências Naturais e Humanas da Universidade Federal do ABC (CCNH/UFABC). Presidenta do Comitê Gestor Institucional de Formação Inicial e Continuada de Profissionais do Magistério da Educação Básica da UFABC (COMFOR-UFABC) e coordenadora institucional do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) da UFABC.

PARTICIPAÇÃO DA ADUFABC NO II CONGRESSO DA UFABC

Divulgação científica e docência universitária



Em 2020, o II Congresso da UFABC (17/08 a 18/09) foi realizado de modo inteiramente virtual. Diversos docentes da comunidade interna, assim como convidados/as externos/as participaram do evento, visando debater os impactos e dilemas da pandemia na universidade. As entidades representantes das três categorias também foram convidadas a organizar atividades durante a programação.

Em um contexto de negacionismo da ciência e, por outro lado, do aumen-

to da percepção sobre a importância das instituições de pesquisa brasileiras no enfrentamento à Covid-19, a ADUFABC levou para o II Congresso um debate sobre o papel das universidades públicas na divulgação da ciência que produzem.

A mesa-redonda Divulgação científica e docência universitária (21/08) contou com as participações da Profa. Tatiana Roque (UFRJ), do Prof. Wagner Romão (Unicamp) e do Prof. Pedro Autreto (UFABC), em debate mediado pela Profa. Luciana Palharini, vice-presidenta da ADUFABC.

A íntegra do debate está disponível no canal do YouTube da UFABC.

SERVIDORES PÚBLICOS E REFORMA ADMINISTRATIVA

Sem um diagnóstico bem feito, não há prognóstico bem feito

■ FELIX LOPEZ

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) n. 32/2020, encaminhada pelo governo federal ao Congresso Nacional em 03 de setembro de 2020, propõe alterar de modo profundo a forma de organização do funcionalismo público no país. Se permanecer como está, a PEC produzirá impactos nos direitos dos servidores e rebaixará a capacidade estatal de entregar serviços aos cidadãos.

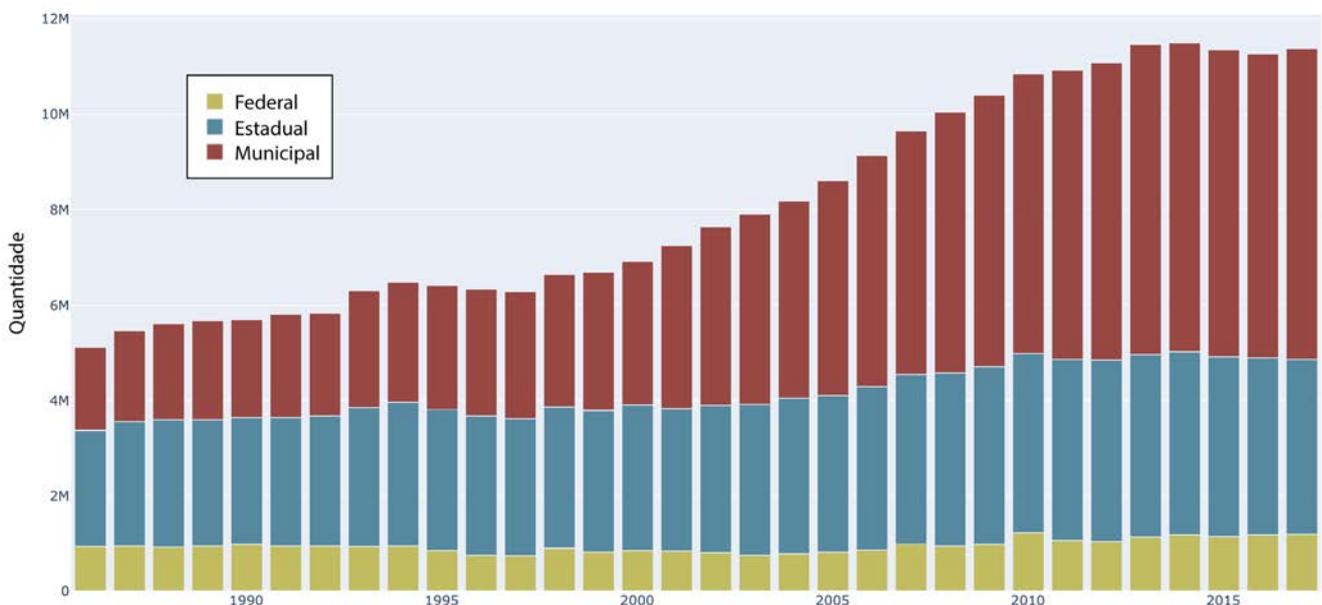
Para discutir alterações de larga escala no serviço público, é essencial considerar que a ideia de um “funcionalismo público nacional” mascara diferenças amplas entre segmentos do setor público; por exemplo, entre níveis federativos e Poderes. Essas diferenças precisam fazer parte do debate, para evitar reformas lineares contra-producentes que tomem uma parte es-

Nos últimos 30 anos, o funcionalismo federal se manteve basicamente estável em termos quantitativos, e diminuiu de tamanho com relação ao conjunto do funcionalismo público. //

pecífica – o funcionalismo federal – como representação típica de todo o funcionalismo.

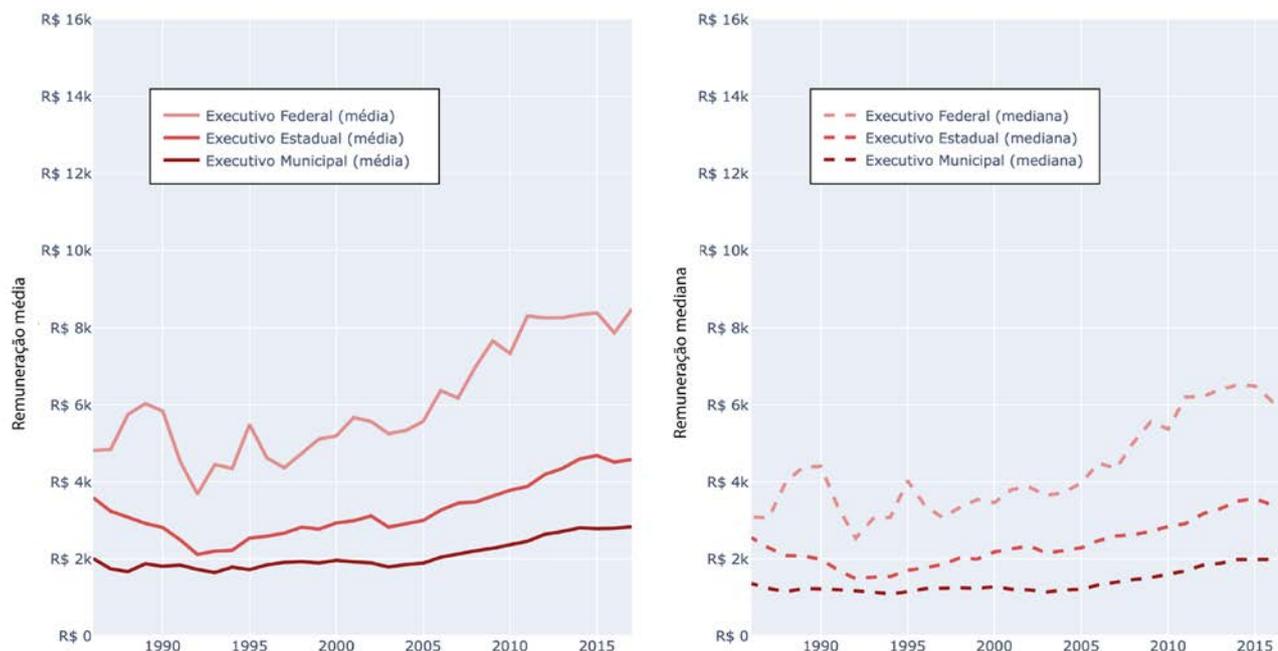
É essencial ter em conta que o prolapado crescimento desenfreado do funcionalismo e da despesa consigo não encontra amparo nos dados. Para além do fato de o funcionalismo ter se expandido no mesmo ritmo do setor privado formal, a manter a mesma densidade no conjunto da população – além de figurar dentro ou abaixo das médias na comparações internacionais –, o crescimento se concentrou nos municípios, em virtude da obrigação constitucional de universalizar políticas de educação, assistência e saúde. Por isso, mais de 50% das ocupações do funcionalismo público nos municípios compreendem ocupações nessas três áreas. O funcionalismo muni-

Total de vínculos públicos, por níveis de federativos (1986-2017)



Fonte: RAIS/TEM. Elaboração e cálculos: *Atlas do Estado Brasileiro* – IPEA. Disponível em: www.ipea.gov.br/atlasestado/consulta/67.

Remuneração média e mediana no Executivo, por nível federativo (1986-2017)



Fonte: RAIS/ME. Elaboração e cálculos: Atlas do Estado Brasileiro – IPEA. Valores corrigidos para janeiro de 2019, pelo INPC/IBGE. Disponível em: www.ipea.gov.br/atlasestado/consulta/116.

cial e estadual hoje representa nove de cada dez servidores públicos. Nos últimos 30 anos, o funcionalismo federal se manteve basicamente estável em termos quantitativos, e diminuiu de tamanho com relação ao conjunto do funcionalismo público.

Nos municípios, onde estão 60% dos servidores públicos do país, a remuneração média em 2017 era de R\$ 2.800; e a mediana, de R\$ 2000. Esse contingente municipal – e estadual – está bem distante da narrativa de que salários suntuosos se alastraram entre servidores.

A concentração de servidores nos estados e nos municípios soa o alarme para os riscos advindos da proposta de eliminar a estabilidade no serviço público. O fim da estabilidade – essencial na constituição moderna de um corpo de servidores na maior parte dos paí-

ses desenvolvidos – fará retroceder o avanço produzido pelo sistema de mérito no recrutamento das carreiras nesses níveis, bem como na União. Em particular nos municípios, a eliminação da estabilidade dará vazão a uma enorme pressão política no nível municipal para o apadrinhamento de redes de eleitores entre os recrutados para a burocracia ou como prestadores de serviços. Se isso ocorre ainda hoje, é por meio de subterfúgios e manobras. Quando a lei tornar viável se abrir essa porteira, aberta a porteira será. E a qualidade do serviço público ao cidadão é que vai piorar.

Em geral, o funcionalismo público está fora dos ministérios e fora da União, mas se conhece pouco sobre como ele funciona. Sem um diagnóstico bem feito, não há prognóstico bem feito. Os pontos aqui levantados – e

outros, como a repolitização dos cargos comissionados, a necessidade de diferenciar servidores aposentados de servidores ativos –, bem como as suas implicações, merecem uma discussão mais detida, ampla e coletiva, bem ao contrário das formulações tecnocráticas, quando não sigilosas, realizadas em prédios da Esplanada. Foi esse o caso da PEC n. 32/2020 enviada ao Congresso.

FELIX LOPEZ. Pesquisador da Diretoria de Estudos sobre Estado e Democracia, no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Desde 2009, coordena a plataforma de dados e análises Atlas do Estado Brasileiro.

**Os efeitos da PEC da reforma administrativa na estrutura do serviço público foram assunto da última TV ADUFABC (10/09), que recebeu Felix Lopez (IPEA) e Cibele Franzeze (FGV/EAESP), com mediação de Carolina Stuchi (UFABC). O debate está disponível no Facebook da ADUFABC.*



facebook.com/adufabc

www.adufabc.org.br